

Estima-se que serão arrecadados aproximadamente um bilhão e quatrocentos milhões de reais, mas esta é uma estimativa sem fundamento. Cada uma dessas áreas que estão sendo colocadas à venda, que estão sendo colocadas para alienação, deveria ter, sim, uma avaliação, para que esta Casa pudesse, então, com critérios de transparência e atendendo aos requisitos da Lei nº 8666, decidir se vai ou não permitir a venda de aproximadamente 900 imóveis, segundo o deputado Carlos Neder.

Fizemos um levantamento, e alguns desses imóveis são extremamente importantes, pois neles funcionam espaços que desenvolvem políticas sociais, como o Codecon e vários outros órgãos. Uma vez que esses espaços forem vendidos, nós sabemos que nunca mais voltarão ao patrimônio do estado de São Paulo.

Temos que responder às pessoas que nos escolheram para defendê-las. Vejo que muitos dos meus companheiros que aqui estão não estão preocupados com aquilo que o povo do estado de São Paulo vai cobrar de cada um de nós. Já estive em várias cidades nas quais as pessoas me perguntaram: “Deputada, é verdade que vão vender tal área da cidade? É verdade que vão vender o Horto Florestal, a Estação Experimental? É verdade que vão acabar com os institutos de pesquisa? O que os deputados estão fazendo na Assembleia Legislativa que não defendem o nosso patrimônio?”.

As pessoas questionam. Em Marília, outro dia, fui questionada sobre isso. Gostaria que o deputado Abelardo Camarinha estivesse aqui para poder responder para o povo de Marília, que me cobrou sobre o PL nº 328. Eu disse que, se depender de mim, as áreas não serão vendidas, porque eu votarei contra esse projeto, porque eu entendo que ele vai contra os interesses do povo paulista.

Nós temos que divulgar isso, contar para as pessoas o que está acontecendo com o patrimônio público do estado de São Paulo. Parece que a maior parte dos deputados não está muito preocupada com isso, não está preocupada com as irregularidades formais que constam nesse processo, como a inexistência dos laudos de avaliação de cada imóvel, a não realização de audiências públicas e o descumprimento da Constituição Estadual.

Infelizmente, viveremos uma situação bastante delicada se esse Projeto de lei nº328/16 for votado favoravelmente, como pretende o Governo do Estado de São Paulo. Eu diria mais, eu diria que falta transparência, eu diria que falta disposição do governo em dialogar com as pessoas a respeito desse projeto. As audiências públicas seriam uma forma de as pessoas conhecerem o projeto de lei, e também uma forma de as pessoas dizerem se concordam ou discordam, já que o patrimônio pertence ao povo de São Paulo.

Eu não gostaria que alguém da minha família, por exemplo, pegasse um bem que me pertencesse e o vendesse sem me consultar. E o que nós estamos fazendo se dermos Autorização Legislativa para que essas áreas sejam vendidas e alienadas, e nunca mais retornem para o povo paulista que construiu esse estado.

Se formos ver a história do estado de São Paulo, vamos ver que ele foi construído com muito sacrifício dos trabalhadores e das trabalhadoras. E, se o estado de São Paulo tem esse patrimônio - esse estado que tanto admiramos -, temos que respeitar, ter transparência, respeitar a legislação e ter laudos de avaliação dos imóveis. Teremos que ter audiências públicas e respeito à Constituição Estadual.

Infelizmente, esse projeto de lei é inconstitucional porque desrespeita a Constituição do Estado de São Paulo. Portanto, votaremos contra a venda. Quero que fique bem claro, e quero que as pessoas tenham consciência, de que aproximadamente 900 imóveis do estado de São Paulo serão vendidos, e que eles nunca mais voltarão a compor o patrimônio que pertence ao povo de São Paulo. Infelizmente, esta Casa de Leis aprova - cada um tem o seu próprio interesse - todos os projetos que chegam nesta Casa, sem verificar os interesses de fato do povo paulista.

Nós vamos votar contra esse projeto, não vamos defender a venda do patrimônio do Estado, e vamos dizer em todos os lugares em que formos: o governo do estado de São Paulo está vendendo o patrimônio do povo. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Para discutir contra, a nobre deputada Ana do Carmo.

A SRA. ANA DO CARMO - PT - Sr. Presidente, quero passar o meu tempo ao nobre deputado José Zico Prado, que depois passará ao nobre deputado Carlos Neder.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - É regimental. Tem a palavra o nobre deputado José Zico Prado.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, quero aqui falar da minha angústia e do meu desespero com a Agricultura do Estado de São Paulo: um projeto dessa magnitude, de desmonte, ainda mais da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, vendendo aquilo que há de melhor na secretaria, colocando à disposição da iniciativa privada tudo aquilo que o pequeno e o médio agricultor não tem; e um governo que não entende de Agricultura, que não sabe da sua necessidade, faz com que um projeto desse provoque um dos maiores desmontes de uma secretaria tão importante a esses agricultores.

Estou dizendo isso porque os governos do PSDB não têm política para a Agricultura do estado de São Paulo. Nunca tiveram nesses anos todos que administraram o São Paulo. Nunca vi aqui um debate mais aberto sobre a questão da agricultura. Dentro da bancada de sustentação do governo, o deputado Tião-zinho tem debatido a questão da piscicultura; deputado Barros Munhoz, que já foi secretário da Agricultura no estado de São Paulo, sabe do estrago que vai acontecer no estado que já não tem nenhuma política para Agricultura, e agora vai tirar aquele pouquinho que ainda tem, que são os institutos de pesquisa. Porque o PSDB, como não tem política para a Agricultura do estado de São Paulo, já passou essa incumbência para as grandes empresas. Aqui no estado de São Paulo, nós sabemos o quanto tem de cana e o quanto tem de laranja. Essas duas culturas não precisam da Secretaria de Agricultura. Elas já se desenvolvem por si só. Eles têm as pesquisas sobre a cana, sobre a citicultura. Então o pequeno e o médio agricultor é que vão sofrer na pele esse desmonte na Secretaria da Agricultura. A Secretaria de Agricultura não tem atendimento para o pequeno e o médio agricultor. O governo do estado de São Paulo repassa para os municípios mil reais para fazer convênio com o município, para pagar alguém para dar atendimento para o agricultor. O que se paga com mil reais por mês, no estado de São Paulo, que tem mais de 200 mil agricultores familiares? Que política é essa que esse governo está fazendo? Qual o caminho que está se dando para a agricultura no estado de São Paulo, se hoje vai entregar os maiores patrimônios da Secretaria da Agricultura para a iniciativa privada? O que é que vai sobrar para a Secretaria da Agricultura administrar? Vai administrar o que, um prédio que tinha aqui na Água Funda, que já entregou para a iniciativa privada para fazer um grande parque hoteleiro?

Foi isso que fizeram, já desmontaram a Secretaria da Agricultura. E mais do que isso, o governo Geraldo Alckmin, na eleição de 2014, já tinha entregue que não precisava mais Secretaria da Agricultura para o estado de São Paulo! Isso foi ventilado aqui na Assembleia Legislativa. Ou V. Exas. não lembram da discussão que se teve aqui para acabar com a Secretaria da Agricultura? E ele coloca um secretário, está lá o secretário da Agricultura, e o secretário é que faz um projeto desses e enumera os imóveis que têm que ser vendidos. Ele coloca o secretário, mas tira tudo aquilo que a Secretaria da Agricultura tem para dar sustentação para o pequeno e médio produtor. E nós sabemos, perfeitamente, o que significa entregar a Secretaria da Agricultura, os bens e os recursos que a Secretaria da Agricultura tem para a iniciativa privada. Já entregaram os parques, e agora vão entregar o que se tem de melhor, os institutos de pesquisa.

Eu tive o privilégio de visitar todos os institutos de pesquisa, todos. E eles estão sucateados. Eu visitei institutos de pesquisa, e o deputado Carlos Neder tem me acompanhado. Há instituto de pesquisa que não tem dinheiro para comprar gás. Então é essa discussão que estamos fazendo aqui.

- Assume a Presidência a Sra. Maria Lúcia Amary.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Sr. Presidente, solicito uma verificação de presença.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Foi constatado quórum regimental, deputada. Portanto devolvo a palavra ao deputado José Zico Prado.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Deputado Cezinha, tenho uma admiração muito grande por V. Exa., porque V. Exa. faz o papel do Governo aqui tão bem, melhor que qualquer um do PSDB. Acho que V. Exa., não tenho nada contra, tem todo o direito, mas estamos aqui fazendo uma discussão que não é porque queremos fazer oposição.

Estamos fazendo uma discussão aqui de uma entrega de patrimônio. Os deputados do interior sabem do que estou dizendo. Como vão ficar as regiões de Campinas, Sorocaba, a região de São Paulo, Jundiaí, o Vale do Paraíba? Essa é a discussão que queremos fazer. Não estamos obstruindo aqui pura e simplesmente pela obstrução.

Queremos alertar a opinião pública e deixar marcado aqui nesta Casa sobre qual é a posição do Partido dos Trabalhadores. Não vamos aceitar que esse projeto de lei passe, se nós não discutirmos todas as horas a que temos direito. Não é porque foi feito um acordo hoje, que nós vamos discutir uma hora. É porque nossa bancada já decidiu que vamos discutir todas as horas que pudermos, sobre esse projeto de lei. É a forma que encontramos para denunciar a entrega desse patrimônio público para a sociedade do Estado de São Paulo.

Sei que não vamos conseguir alertar todos, da forma como gostaríamos, porque o PSDB é blindado no estado de São Paulo.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Sr. Presidente, solicito regimentalmente uma verificação de presença.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Convidoo os nobres deputados Clélia Gomes e Rodrigo Moraes para auxiliarem a Presidência na verificação de presença ora requerida. (Pausa.)

- É iniciada a chamada.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, a Presidência constata número regimental de Srs. Deputados e Sras. Deputadas em plenário, pelo que dá por interrompido o processo de verificação de presença e agradece a colaboração dos nobres deputados Clélia Gomes e Rodrigo Moraes.

Continua com a palavra o nobre deputado José Zico Prado. O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Sra. Presidente, tenho seis minutos e 24 segundos, e quero aproveitar essa oportunidade para continuar o meu raciocínio sobre a questão do que mais temos de sagrado, que é o agricultor no estado de São Paulo.

Quem não conhece a situação do agricultor no estado de São Paulo? A Secretaria da Agricultura está tão fora da realidade da Agricultura, que eles pedem que o agricultor faça várias intervenções na Secretaria através de e-mails, sendo que, no estado de São Paulo, no Vale do Ribeira, há região em que não pega celular - e muitas. Não precisa ir ao Vale do Ribeira. No fundo do estado de São Paulo, há áreas enormes em que não pega e, para fazer uma guia de transporte de animal, eles pedem que o agricultor faça isso via e-mail com a Secretaria de Agricultura. O coitado do agricultor, se tem um celular, é aquele celular que não tem um e-mail. É par aver o quanto a Secretaria de Agricultura está desfocada do problema do agricultor no estado de São Paulo.

Nós precisamos urgentemente fazer uma discussão - não de venda de patrimônio público, mas de como implementamos a Agricultura no estado de São Paulo. Nós precisamos dar condições para os agricultores, para que eles possam agregar valor aos seus produtos. Qual é a política que se tem na Agricultura, de agregar valor? Qual é a política que a Secretaria de Agricultura tem para o pequeno produtor de leite? Qual é a política que a Secretaria de Agricultura tem para o pequeno e médio agricultor que produz hortifrutigranjeiros? Então, essa é a discussão que temos aqui, no Estado.

Nós fazemos, aqui, os deputados ficarem sentados. São 24 alunos aqui, ouvindo - mas não aprendem. Eu não acho que não aprendem. Eu acho que são subservientes a uma política do PSDB, que é de não valorizar, em nenhum momento, a Agricultura no estado de São Paulo. Essa é a discussão que se tem.

Nós entramos nesse projeto de lei porque uma parte da bancada de sustentação do Governo sugeriu que se discutisse isso em uma hora. Sugeriu que nós discutíssemos por uma hora um projeto tão complicado como esse. Então, nós não aceitamos essa discussão porque não é com uma hora de discussão aqui no plenário que nós vamos resolver o problema ou fazer a discussão tão profunda de um projeto de entrega de um patrimônio tão rico como é o da Secretaria de Agricultura.

Pior do que isso: é um projeto de lei em que a Assembleia Legislativa está abrindo mão de uma boa parte daqueles imóveis com menos de cinco mil metros quadrados. Aqui, na cidade de São Paulo, há alguns que são assim. Essa discussão é a que nós queremos fazer.

Nós queremos fazer essa discussão porque nós queremos chegar ao agricultor, lá, de Votuporanga. Deputado Carlão Pignatari, quando V. Exa. era prefeito, havia um secretário de Agricultura. Eu não sei agora, mas havia um secretário de Agricultura respeitadíssimo nas posições que ele defendia, na questão ambiental, na questão da produção do pequeno e do médio agricultor da região. Essa discussão nós não fizemos aqui. Isso nós não vemos ser discutido na Secretaria de Agricultura.

O que a Secretaria de Agricultura faz é mandar um projeto de lei dessa envergadura, pura e simplesmente para as bancadas daqui votarem “sim” ou “não”, mas isso vai ficar na história do desmonte da Secretaria de Agricultura. Isso vai ficar registrado naqueles deputados que estão votando um projeto dessa envergadura.

Nós queremos fazer esse debate. Não é que nós queiramos, mas precisamos deixar registrada aqui a posição do Partido dos Trabalhadores, independentemente se há deputados que concordam ou discordam. Eu acho que têm todo o direito de discordar e dizer que há alguns institutos de pesquisa que têm áreas grandes, mas que se abra um diálogo com a Assembleia Legislativa. Abra-se um diálogo com os deputados, mesmos da base e do PSDB, que ouvimos, nos corredores, dizendo que são contra este projeto. Mas o governo faz isso no atacado, não discute nem com a bancada dele. A bancada tem que se submeter a essa discussão. Nós queremos fazer esse debate, pois os deputados que são contra, mesmo os da base do governo, deveriam vir aqui e dizer o que pensam sobre o projeto de lei.

Esse projeto de lei, do nosso ponto de vista, vai desregulamentar o pouco que está regulamentado na Agricultura do Estado de São Paulo, pois não vamos ter nenhum instrumento para negociar. Quero fazer esta discussão, gostaria muito de discutir isso com a bancada.

Para encerrar, gostaria de alertar mais uma vez: Sras. Deputadas e Srs. Deputados, queremos aprofundar esta discussão com aqueles que têm um mínimo de interesse em discutir agricultura no estado de São Paulo.

Muito obrigado.

- Assume a Presidência o Sr. Fernando Capez.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, ouvindo o deputado José Zico Prado e algumas pessoas do PT, conclui que esta é uma discussão que realmente temos que fazer no plenário.

Tenho, em minha região, por exemplo, uma fazenda experimental com quase 400 alqueires. A especialidade da fazenda experimental é o desenvolvimento de seringueiras. Temos 23 alqueires de seringueiras; o resto é arrendado para uma usina de álcool. Não tem por que ter uma área daquelas. Então, nós somos, em alguns projetos, favoráveis à venda, como o instituto de pesquisa de Ribeirão Preto, com uma área...

Acho que temos que fazer uma grande discussão sobre essas áreas, sim, mas de forma muito clara. Vi os discursos dos deputados do PT, mas, neste estado, existe um governador que tem responsabilidade, que não deixa o estado ficar com 170 bilhões de déficit, como ficou o governo federal. Aqui não houve os desmandos que o governo federal fez a todo o tempo e que quebraram o nosso país. Toda a dificuldade financeira pela qual estão passando todos os estados e municípios foi feita com isso. Eles vêm aqui dizer que o governador quer vender tudo e isso não é verdade. Ele quer apenas...

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente. O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Estou terminando o comunicado, são dois minutos. Posso terminar?

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - É que parece que a discussão do projeto está continuando.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Vossa Excelência pode fazer uma comunicação. Agora temos que continuar a discussão. Vamos encerrar a discussão. Acho que é isso que temos que fazer, não há nenhum problema nisso.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Sem querer interromper, mas está inscrito para discutir o deputado Davi Zaia. Imaginei que o deputado Carlão Pignatari fosse solicitar o levantamento da sessão, pois isso foi acordado. Ele não terminou o seu comunicado, mas não era propriamente uma comunicação, era um pedido de levantamento.

Então, pergunto o seguinte: vamos prosseguir com a discussão? Neste caso, não vou dar mais comunicados. Dou a palavra, o deputado sobe à tribuna e faz a discussão. Ou então prosseguimos esse tema, se debate e essa discussão em outra sessão, cumprimos o que foi acordado no Colégio de Líderes e levantamos a sessão.

Aguardo para saber se vai haver o pedido de levantamento de sessão ou se vamos ficar aqui retomando um debate que pode ser respondido quando o retomamos na próxima sessão.

Está inscrito ainda o deputado Teonílio Barba, sempre um grande debatedor, e a deputada Beth Sahão também ainda não falou e terá a oportunidade de ocupar a tribuna para fazer esse debate.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Claro, mas eu pedi pela ordem, até porque o deputado Carlão Pignatari ocupou o microfone de apartes e trouxe à tona um assunto que podemos debater aqui: o DNA privatista dos tucanos, que fazem isso há muitos anos aqui neste estado. Fizeram um desmonte do estado.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Eu entendo que isso já é discussão.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - E golpista também, claro, bem lembrado. Então, é isso que temos que discutir. É por isso que eu pedi uma Questão de Ordem: porque, na medida em que ele ocupou o microfone de aparte.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Eu não imaginei que fosse ser esse o comunicado, eu não permitiria.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Eles tinham nos dito que fariam o levantamento. Até eu achei que fosse encerrar a discussão, e não foi para isso. Era essa a questão.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Deputada, não foi, na verdade, um comunicado. Foi uma retomada de discussão. Vou interpretar, para encerramos essa polêmica agora, porque senão vou entender que foi violado o acordo e nós vamos prosseguir com a discussão.

Deputado Davi Zaia.

O SR. DAVI ZAIA - PPS - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, eu, de fato, inscrevi-me porque esse debate é importante. Não podemos entender que, como foi dito pelos deputados que me antecederam na tribuna, o estado de São Paulo tem um Governo e um secretário da Agricultura que não privilegia a agricultura.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Então eu pergunto: V. Exa. vai subir à tribuna para discutir?

O SR. DAVI ZAIA - PPS - Eu vou subir à tribuna.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Então está encerrado o acordo. O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Então, eu dou por encerrado o acordo.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Por quê?

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Precisamos ter uma linha de atuação.

O SR. DAVI ZAIA - PPS - Sr. Presidente, se há um acordo, então eu só quero encerrar minha fala.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Há um acordo de que ninguém mais falaria. Se nós começarmos a falar sobre o mérito...

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Deputada Beth, por gentileza, eu não lhe concedi a palavra. O deputado só pode falar depois de concedida a palavra pela Presidência. Por favor, para nós não nos desorganizarmos.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Eu estava falando, Sr. Presidente, V. Exa. me cortou a palavra.

O SR. DAVI ZAIA - PPS - Sr. Presidente, V. Exa. concedeu a palavra para mim.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Mas eu não posso, deputado Davi Zaia...

O SR. DAVI ZAIA - PPS - Vossa Excelência está interrompendo, então, minha palavra?

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Eu não posso conceder a palavra para que retome a discussão de mérito. Nesse caso, vou dar a palavra a V. Exa. na tribuna.

O SR. DAVI ZAIA - PPS - Não, nós podemos fazer uma Questão de Ordem ou uma comunicação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Mas um comunicado é sobre uma questão regimental, não sobre uma questão de mérito sobre o projeto que está sendo debatido.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Sr. Presidente, quando é a turma da oposição, eles dizem que está se ceceando o direito de falar. Deixa ele terminar de falar.

O SR. DAVI ZAIA - PPS - Nós devíamos consultar os agricultores paulistas. Tenho certeza de que a resposta deles seria que se tem um aliado e alguém que ajuda a agricultura paulista é o Governo do Estado de São Paulo e o secretário da Agricultura.

Mas, vou manter minha inscrição, e, assim que retomarmos o debate nesse assunto, poderei falar isso nos 15 minutos regimentais.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Eu pergunto se existe acordo para levantar a sessão. Existe acordo para levantar a sessão?

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Existe acordo porque combinamos isso no Colégio de Líderes. Então, a bancada do PT vai cumprir o acordo.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Alguém vai pedir o levantamento da sessão?

Tem a palavra o nobre deputado Milton Vieira. O SR. MILTON VIEIRA - PRB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. CAUÊ MACRIS - PSDB - Sr. Presidente, só para dizer que com anuência do acordo que fizemos, de uma hora de discussão, junto com a Liderança do Governo. Então eu também reafirmo o pedido do deputado Milton Vieira.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Peço a compreensão dos deputados para a intervenção do presidente, porque senão nós teríamos que prosseguir com a discussão.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a segunda sessão extraordinária, dez minutos após o encerramento desta sessão, a fim de discutir a Proposta de Emenda à Constituição de denominação de próprios estaduais. Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 20 horas e 38 minutos.

8 DE NOVEMBRO DE 2016 44ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidente: FERNANDO CAPEZ

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ Abre a sessão. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovada a PEC 4/16. Encerra a sessão.

- Abre a sessão o Sr. Fernando Capez.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, vamos passar à Ordem do Dia.

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Proposta de Emenda à Constituição. Discussão e votação em 1º turno. Proposta de emenda nº 4, de 2016, à Constituição do Estado, de autoria do deputado Campos Machado e outros. Inclui o § 6º no Art. 24 da Constituição do Estado de São Paulo, com o objetivo de atribuir a denominação de próprio público concorrentemente à Assembleia Legislativa e ao governador do Estado. Parecer nº 1.243, de 2016, da Comissão de Justiça e Redação, favorável.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão.

Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovada em 1º turno a Proposta de emenda.

Amanhã poderá haver convocação de sessão extraordinária para que seja votada, em 2º turno, essa Proposta de emenda à Constituição.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esgotado o objeto da presente sessão, esta Presidência irá encerrá-la.

Está encerrada a sessão.

- Encerra-se a sessão às 20 horas e 49 minutos.

9 DE NOVEMBRO DE 2016 164ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidentes: JOOJI HATO, CORONEL TELHADA e FERNANDO CAPEZ
Secretária: LECI BRANDÃO

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - JOOJI HATO

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - LECI BRANDÃO

Comunica sua participação no São Paulo Diverso - Fórum de Desenvolvimento Inclusivo. Tece elogios ao secretário Maurício Pestana, da Secretaria Especial da Promoção da Igualdade Racial. Lamenta a futura extinção da pasta, pelo prefeito eleito João Doria. Apresenta dados sobre políticas públicas de ação afirmativa para a população negra no Brasil. Defende a continuidade dessas propostas.

3 - CORONEL TELHADA

Mostra vídeo de conflito entre agente penitenciário e pessoas encarceradas. Esclarece que essa é uma realidade cotidiana dos presídios e das unidades da Fundação Casa. Reprova humilhações e agressões a policiais. Faz críticas a ativistas de Direitos Humanos. Felicitase pela decisão do desembargador Paulo Dimas de Bellis Mascaretti, do Tribunal de Justiça de São Paulo, que suspendeu as limitações à atuação da Polícia Militar em manifestações públicas.

4 - CORONEL TELHADA

Assume a Presidência.

5 - JOOJI HATO

Tece comentários a respeito das condições precárias da Saúde Pública no Brasil. Mostra reportagem do jornal "Bom Dia SP" sobre denúncias de usuários do Hospital São Paulo pelos problemas enfrentados pela instituição. Comunica reunião com Michel Temer. Afirma a preocupação do presidente com problemas sociais no País, sobretudo o desemprego. Mostra seu apoio às medidas adotadas pelo governante.

6 - MARCOS MARTINS

Faz convite para audiência pública que abordará os malefícios do benzeno para a saúde do trabalhador, no dia 30/11, às 14h, no auditório Teotônio Vilela. Defende a aprovação do PL 247/15, de sua autoria, que propõe a proibição do abastecimento de veículos após o acionamento da trava de segurança. Informa que diversas secretarias de Saúde já recomendaram essa medida por meio de portarias próprias. Expõe os prejuízos à saúde da população, sobretudo dos frentistas, causados pela evaporação da substância cancerígena.

7 - MARCOS MARTINS

Solicita a suspensão da sessão até as 16 horas e 30 minutos, por acordo de lideranças.

8 - PRESIDENTE CORONEL TELHADA

Anota o pedido. Demonstra seu apoio aos projetos defendidos pelo deputado Marcos Martins. Deferem o pedido do deputado Marcos Martins. Suspende a sessão às 15h03min.

9 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Assume a Presidência e reabre a sessão às 16h32min. Convoca os Srs. Deputados para uma sessão extraordinária a ser realizada hoje, às 19 horas. Suspende a sessão por três minutos, por conveniência da ordem, às 16h33min, reabrindo-a às 16h34min.

10 - GILENO GOMES

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

11 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Deferem o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 10/11, à hora regimental, com Ordem do Dia. Lembra sessão extraordinária a ser realizada hoje, às 19 horas. Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Jooji Hato.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convido a Sra. Deputada Leci Brandão para, como 1ª Secretária "ad hoc", proceder à leitura da matéria do Expediente.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA - LECI BRANDÃO - PCDob - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o primeiro orador inscrito, nobre deputado Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Leci Brandão.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCDob - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, funcionários desta Casa, telespectadores da TV Alesp. Hoje, participamos com muito prazer da abertura da terceira edição do fórum "São Paulo Diverso", evento promovido pela Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial, representada pelo secretário Maurício Pestana, a quem parabeno pela gestão à frente da pasta, que infelizmente será extinta pelo próximo governo municipal. O tema deste ano é "Legislação e diversidade: como as leis podem fortalecer a inclusão racial no mercado de trabalho".

Esta semana apresentamos um projeto de lei que institui a "Política Estadual de Fomento ao Empreendedorismo dos Negros e Negras", inspirada numa lei vigente em Salvador. O projeto enumera quais os tipos de incentivo direcionados a esse público, desde a formação e qualificação até a questão do crédito e do empoderamento de empreendedores e empreendedoras negras. Segundo informações do Sebrae - Serviço Brasileiro de Apoio às